

## A reação contra exploração das áreas indígenas

Cuiabá (Sucursal) — O Centro de Documentação Terra e Índio (CD-TI), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), reagiram à notícia veiculada pela imprensa, no início da semana, dando conta de que o governo federal, via decreto, permitirá que a Fundação Nacional do Índio (Funai) abra as áreas indígenas para empresas particulares explorarem mineração.

“Essa atitude do governo, se realmente concretizada— argumentam os indigenistas— abre um precedente perigoso, que culminará na total desestruturação social e numa brusca e violenta mudança econômica de grupos indígenas de civilização, ainda primitiva, além de provocar graves problemas para a própria Funai que terá que ampliar suas ações para fiscalizar as empresas que porventura conseguirem alvarás de pesquisas nessas áreas”.

Eles destacam também, que por causa do esquema de exploração imposto aos garimpeiros, que são obrigados a aproveitar os recursos naturais da região, haverá o extermínio da caça e da pesca, tão essencial à sobrevivência dos povos indígenas, na poluição dos rios e fundamentalmente na destruição dos seus pequenos tributários.

### CUSTO HUMANO

“Será o extermínio das tribos indígenas — ressaltam as entidades — pois os garimpeiros trazem consigo as doenças infecto-contagiosas, obviamente sem contar com os interesses capitalistas que naturalmente não levam em consideração o índio como ser humano”.

De acordo com dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em Mato Grosso há inúmeras empresas com alvarás de pesquisas. Esses alvarás permitem às empresas o prazo de três anos para efetuarem suas pesquisas. No caso de propriedades particulares, há indenizações pelos danos e estragos causados à terra, que impreterivelmente, com a mineração, torna-se

imprestável para a prática da agricultura e pecuária. Conforme reza o Código Nacional de Mineração, da produção a empresa paga 1% de imposto (Imposto Único sobre Metais Preciosos) e desse total há o fracionamento entre a União (10%), o Estado (70%) e o município (20%). O DNPM, não tem dados sobre a ocorrência de minerais em terras indígenas e a 5ª Delegacia da Funai em Mato Grosso, que é dirigida pelo coronel de Exército Darcy Cunha, desconhece os pormenores do decreto, por essa razão não se posicionou a respeito.

Os indigenistas, com documentos históricos em mãos, lembram que Mato Grosso foi desbravado por bandeirantes que vieram atraídos pela notícia da existência de pedras preciosas e pela preagem de índios. “Basta citar que o desaparecimento dos índios Parecis e Baikaris, sem falar no extermínio de várias outras nações, no início do século, se deu em função da garimpagem. Posteriormente os índios canoeiros (Riktbasa), os Saluman e os Cinta-largas, no Norte do Estado, sofreram verdadeiros massacres por parte dos seringueiros que também estavam à cata de pedras preciosas. Já nos anos 60, aconteceu a dizimação de grupos de Cinta-largas na bacia dos rios Roosevelt e Juruena.

As empresas nacionais e multinacionais que operam naquela região, como denunciam eles, mantêm suas áreas com um rígido controle de segurança, normalmente através de indivíduos fortemente armados que proíbem a entrada de qualquer pessoa, a não ser funcionários de órgãos federais.

— “E quem garante a fiscalização dessas áreas de garimpo?”, questionam os indigenistas, que se manifestam mais preocupados ainda ao saber que o governo Júlio Campos tem no bojo de seu plano de administração a prioridade pela mineração. Portanto, interessado em “atrair empresários do País e do exterior para explorarem o solo e o subsolo de Mato Grosso. Como ele vem pregando em discursos em outros Estados”.

(Lucky de Oliveira)